



## **Assembleia Municipal de Lagoa – Açores**

### **ACTA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 28 DE FEVEREIRO DE 2008**

#### **ACTA Nº 01/2008**

Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e oito, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência do Senhor João Manuel Moniz de Sousa, do Primeiro Secretário Albertina Maria da Costa Oliveira e do Segundo Secretário Nuno Filipe Medeiros.

A sessão iniciou-se com a apresentação pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de boas noites a todos os Membros da Assembleia, ao Senhor Presidente da Câmara e Vereação, tendo procedido de seguida à verificação da presença dos seguintes membros: João Manuel Moniz de Sousa; Leonel Rosa da Silveira; Olga Maria Rodrigues Borges Soares; Gilberto Gouveia Branquinho; Paulo Jorge Soares Amaral Borges; Hélder Carlos Pimentel Medeiros; Maria do Carmo Carreiro Matos Lima; Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso; Manuel Francisco Esteireiro Carreiro; Nuno Filipe Medeiros Martins; Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos; André Carvalho Almeida; Rui Alberto Cabral Borges; Rodolfo Martins Marques da Silva; Luís Miguel Cabral Rego Pires; Norberto Carlos Cordeiro da Ponte; Roberto Manuel Pereira de Sousa; António Augusto da Ponte Borges; Durval Carlos Simas Faria; Anabela da Silva Calisto e Albertina Maria da Costa Oliveira.

Não compareceram à sessão os membros: Eduíno Manuel da Ponte Rego; Luís Manuel Barbosa Cabral; Maria Manuela de Oliveira Marques Bandeiras Furtado Correia; Paulo Jorge Cimbron Varão e António Manuel Medeiros Varão.

Em representação do executivo Camarário tomou parte na sessão o Presidente João António Ferreira Ponte que se fez acompanhar dos Vereadores: Mariana da Purificação Vieira Rodrigues Viveiros; Fernando Jorge Ventura Moniz; José Duarte Barbosa Cabecinha e Jorge Alberto Barbosa de Almeida.

Participou ainda na sessão, no período de intervenção aberto ao público, o Senhor José Fernando Carneiro Sousa morador na freguesia de Nossa Senhora do Rosário.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que atendendo que foi enviada cópia da acta aos membros representativos dos dois Partidos neste Órgão deliberativo, solicitou a dispensa da leitura da acta, o que foi aceite por unanimidade.

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia colocou à aprovação de todos os membros a acta da quinta sessão ordinária, do dia 28 de Dezembro de 2007.

A acta foi aprovada, por unanimidade, pelos vinte e um membros presentes no plenário.

Procedeu depois, o Senhor Presidente da Assembleia à exposição da correspondência recebida no período de 31 de Dezembro de 2007 a 28 de Fevereiro de 2008 que se encontrou à disposição para consulta.

Pelos membros: Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso; Maria Manuela de Oliveira Marques Bandeiras Furtado Correia e Nuno Filipe Medeiros Martins foram recebidas comunicações solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 28 de Dezembro de 2007.

Pelos membros: Maria Manuela de Oliveira Marques Bandeiras Furtado Correia e António Manuel Medeiros Varão foram recebidas comunicações solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 28 de Fevereiro de 2008.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

## **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**

O membro Luís Pires questionou se é aplicada alguma multa a quem passa com a luz vermelha pelos semáforos, instalados na Avenida Infante D. Henrique na freguesia do Rosário.

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra informou que não.

O membro Luís Pires referiu que em sua opinião deveria ser implementado naquele equipamento um sistema de fotografia, para identificação e aplicação de multas a quem transgredir as regras de trânsito naquela localidade.

A membro Maria do Carmo Lima referiu que em sua opinião acha desnecessário a instalação daqueles semáforos porque já havia passadeiras para os peões naquela localidade.

O membro Leonel Rosa da Silveira expôs que o envio da convocatória para esta Primeira Sessão Ordinária, deste Órgão Deliberativo, não respeitou o prazo de dez dias. Os assuntos a incluir na Agenda de Trabalhos, no ponto nº 3 – Outros, o que em sua opinião considerou os de maior importância para serem analisados e deliberados nesta sessão, foram enviados na passada segunda-feira, dia 25 de Fevereiro, não respeitando os prazos estabelecidos por Lei. O membro Leonel Rosa da Silveira recomendou que no futuro os respectivos Serviços respeitassem os prazos do envio da convocatória e respectiva documentação.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que o envio da convocatória respeitou o prazo de oito dias seguidos, conforme estabelecido na Lei da Autarquias Locais. Os outros assuntos foram remetidos pela Câmara Municipal no dia 25 de Fevereiro e atendendo à importância dos mesmos, foram enviados para todos os membros da Assembleia, para conhecimento e análise, a fim de serem incluídos na Agenda de Trabalhos.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra informou que os assuntos foram apresentados na reunião Camarária do passado dia 25 de Fevereiro.

A Assembleia tomou conhecimento.

## **PERÍODO ORDEM DO DIA:**

### **PONTO Nº 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE CAMARÁRIA:**

O Senhor Presidente da Câmara, referiu que ficaria à disposição dos membros presentes para alguma questão que quisessem colocar, visto todas as acções desenvolvidas constarem do relatório da actividade municipal, distribuído a todos os membros da Assembleia Municipal.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que na Informação das Actividades Desenvolvidas pela Câmara Municipal se constata alguma informação repetida, nomeadamente, a abertura de Concursos Públicos.

Referiu que foi pena, a Comemoração Evocativa do 50º Aniversário da Erupção do Vulcão dos Capelinhos, se realizar no Algarve e questionou porque razão se realizou

no Algarve. Referiu que em sua opinião, se justifica a realização daquelas Comemorações, nos Estados Unidos da América, devido ao número de emigrantes naquele país.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra informou que aquela Comemoração decorreu na Casa dos Açores do Algarve, devido a uma série de iniciativas alusivas à Comemoração do 50º Aniversário da Erupção do Vulcão dos Capelinhos, levadas às Casas dos Açores.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que foi publicado, no passado dia 26 de Fevereiro, no Diário dos Açores uma notícia em que o Delegado de Saúde de Lagoa defendeu a criação do Plano Municipal de Lagoa de Prevenção da Gripe das Aves. Questionou qual o ponto da situação, qual o número de aves domésticas registadas nas Juntas de Freguesia e como é feito o processo de actualização. Questionou ainda se o Delegado de Saúde de Lagoa está ao serviço da Câmara Municipal atendendo que foi visto em viatura da Edilidade.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra informou que a proposta apresentada pelo Delegado de Saúde de Lagoa já foi enviada ao Governo Regional dos Açores. O Delegado de Saúde de Lagoa defendeu a criação de um Plano Municipal de contingência para deter uma eventual pandemia provocada pela gripe das aves, que funcione em articulação com os Planos Regional e Nacional.

O Delegado de Saúde de Lagoa Dr. Mário Freitas foi visto em viatura da Edilidade numa missão de vistorias, uma vez que de acordo com a respectiva legislação integra a Comissão de vistorias realizadas pela Câmara Municipal no Concelho de Lagoa.

Sobre o assunto o membro Durval Faria, Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora do Rosário, informou que o registo dos animais é efectuado nas Juntas de Freguesia, numa base de dados a nível Nacional, através do sistema informático da Direcção-Geral de Veterinária.

A membro Maria do Carmo Lima referiu que na penúltima sessão da Assembleia Municipal foi abordado o assunto de alteração do sentido do trânsito na Canada do Cinzeiro, na Vila de Água de Pau. Nesta data, não foi ainda colocado o sinal de trânsito de sentido proibido.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra informou que o sinal já foi encomendado para ser devidamente colocado.

Não havendo mais intervenções passou-se ao ponto seguinte.

## **PONTO Nº 2 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO:**

Na sequência do deliberado por esta Assembleia Municipal em sua sessão de 28 de Dezembro de 2007, foi presente a Proposta de Alteração do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo, com a redacção final, incluindo a proposta apresentada no período de apreciação pública, nos termos do artigo 118º do Código de Procedimento Administrativo.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que as propostas apresentadas, quer pela Câmara Municipal, quer a proposta apresentada no período de apreciação pública, foram estudadas pelo Grupo de Trabalho composto pelo Presidente e membros da Assembleia Municipal, Rui Ramos e Nuno Medeiros e ainda pelo Jurista ao Serviço da Câmara Municipal.

O membro Rui Ramos informou que foram aceites, por unanimidade, sugestões apresentadas na proposta do período de apreciação pública. Houve um espírito de abertura e será um caminho a seguir no futuro.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

**1º** Aprovar a proposta de Alteração do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo, conforme previsto na alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro;

**2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

## **PONTO Nº 3 – OUTROS:**

Conforme remetido a todos os membros da Assembleia Municipal o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs a alteração à Agenda de Trabalhos com a introdução dos seguintes assuntos:

## **PROPOSTA – LICENCIAMENTO DE INSTALAÇÕES DE ARMAZENAMENTO DE COMBUSTÍVEIS GASOSOS DERIVADOS DO PETRÓLEO:**

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta sobre o Licenciamento de instalações de armazenamento de combustíveis gasosos derivados do petróleo, cujo teor abaixo se transcreve:

“Por força do regime consagrado pelo Decreto-Lei nº 267/2002, de 26 de Novembro, recentemente alterado pelo Decreto-Lei nº 389/2007, compete às Câmaras Municipais, o licenciamento e fiscalização das instalações de armazenamento e de abastecimento de combustíveis derivados do petróleo, designadamente gasosos (propano e butano) que em quantidade fixada na Lei, não se situem na rede viária Regional.

Entre aquelas instalações encontram-se os pequenos estabelecimentos comerciais ou os privados, que em negócio de diminuta dimensão, armazenam garrafas de gás butano para venda ao público.

Exige a Lei que tais situações sejam objecto de licenciamento Municipal, após vistoria e mediante a apresentação pelo explorador de um seguro de responsabilidade civil destinado a cobrir os riscos associados à respectiva actividade, em montante a definir pela entidade licenciadora, ou seja a Câmara Municipal (artigo 14º do Decreto-Lei nº 267/2002, de 26 de Novembro).

Tal montante não se encontra definido no Concelho de Lagoa - Açores, pelo que, considerando a existência de pedidos de licenciamento e a necessidade de regularizar todas as situações existentes, deve a Câmara Municipal deliberar o quantitativo do mesmo.

Face ao exposto, propõem-se, a título indicativo, os seguintes valores mínimos para as seguintes categorias:

Titular da Apólice	Reservatórios e Parques de Armazenamento de garrafas de GPL com capacidade $\geq 0.520 \text{ m}^3$ e $\leq 10 \text{ m}^3$	Reservatórios e Parques de Armazenamento de garrafas de GPL com capacidade $\leq 50 \text{ m}^3$	Parques de Armazenamento de Garrafas de GPL com capacidade $> 50 \text{ m}^3$
Projectista	100.000 Euros	150.000 Euros	250.000 Euros
Empreiteiro	250.000 Euros	500.000 Euros	1.000.000 Euros
Responsável pela Execução dos Projectos	100.000 Euros	150.000 Euros	250.000 Euros
Titular da Licença de Exploração	500.000 Euros	1.000.000 Euros	1.350.000 Euros

O Decreto-Lei nº 267/2002, de 26 de Novembro, na sua actual redacção, estabelece os procedimentos e define as competências para efeitos de

licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo e instalações de postos de abastecimento de combustíveis.

O seu artigo 22º tipifica os actos sujeitos a pagamento de taxas, remetendo a sua fixação para regulamento municipal.

Os montantes das taxas a cobrar são determinados em função da capacidade total dos reservatórios e parques de armazenamento de garrafas de GPL e definidos em relação a uma taxa base designada por TB.

Assim, propõe-se, a título indicativo, que as taxas respeitantes aos postos de abastecimento de combustíveis são calculadas em função da capacidade total dos reservatórios.

As taxas respeitantes aos parques de armazenamento de garrafas de GPL são calculadas em função da capacidade total do parque.

O valor de TB é de 100,00 €, sendo o seu valor anualmente actualizável.

Capacidade total dos Reservatórios e armazéns de garrafas de GPL (em m3)	< 10	≥ 10 e < 50	≥ 50 e < 100	≥ 100 e < 500
Apreciação dos pedidos de aprovação dos projectos de construção e de alteração	2,5 TB	4 TB	5 TB	5 TB acrescido de 0,1 TB por Cada 10 m3 (ou fracção) acima de 100 m3
Vistorias relativas ao processo de licenciamento	1 TB	1,5 TB	2 TB	3 TB
Vistorias para verificação do cumprimento das medidas impostas nas decisões proferidas sobre reclamações	2 TB	2 TB	2 TB	3 TB
Vistorias periódicas	2 TB	4 TB	5 TB	8 TB
Repetição da vistoria para verificação das condições impostas	2 TB	3 TB	4 TB	6 TB
Averbamentos	1 TB	1 TB	1 TB	1 TB

“

O membro Leonel Rosa da Silveira referiu que sendo o assunto de Licenciamento de instalações de armazenamento de combustíveis gasosos derivados do petróleo uma matéria que diz respeito à actividade comercial do Senhor Vereador Fernando Jorge Moniz questionou se o Senhor Vereador aquando da análise e votação deste assunto, em reunião Camarária, participou ou ausentou-se da sala.

Em sua opinião, o Senhor Vereador Fernando Jorge Moniz é parte interessada no assunto e não podia ter votado. Mais referiu que em seu entender, o Senhor Vereador Fernando Jorge Moniz corre o risco de perder o mandato.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que subscreve as palavras do membro Leonel Rosa da Silveira.

A membro Maria do Carmo Lima referiu que os comerciantes tiveram que fazer obras nos seus estabelecimentos de acordo com as normas legais e questionou se terão de fazer novo licenciamento.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra informou que a proposta que foi presente à reunião de Câmara diz respeito a matéria para futuros licenciamentos no Concelho de Lagoa e não a um licenciamento em particular e que diga respeito ao Senhor Vereador Fernando Jorge Moniz.

A Câmara concordou com a proposta apresentada, aprovou os valores para as diversas categorias do seguro de responsabilidade civil e submeteu à Assembleia Municipal a proposta para estabelecer as taxas municipais e fixar os respectivos quantitativos, referentes ao licenciamento de instalações de armazenamento de combustíveis gasosos derivados do petróleo, no Concelho de Lagoa.

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos membros: Leonel Rosa da Silveira e Rui Ramos e três abstenções dos membros: Paulo Jorge Borges; Maria do Carmo Lima e Luís Pires, dos vinte e um membros presentes:

**1º** Estabelecer as taxas municipais e fixar os respectivos quantitativos, acima referidos, referentes ao licenciamento de instalações de armazenamento de combustíveis gasosos derivados do petróleo, conforme previsto na alínea e) do nº 2 do artigo 53º da Lei das Autarquias Locais;

**2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

Pelos membros Leonel Rosa da Silveira e Rui Ramos foi referido que votam contra a proposta sobre o licenciamento de instalações de armazenamento de combustíveis



gasosos derivados do petróleo porque a mesma está ferida de ilegalidade, participou na votação da Câmara Municipal um Vereador com interesse na matéria. Referiu o Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra que a membro Maria do Carmo Lima também com uma actividade comercial nesta área e com interesse na matéria, participou na votação de aprovação das taxas, competência própria da Assembleia Municipal.

### **AQUISIÇÃO DE 33 FOGOS EM REGIME DE HABITAÇÃO SOCIAL, NA LONGUEIRA, FREGUESIA DE SANTA CRUZ:**

Pela Câmara Municipal foi presente o pedido de autorização para a Câmara Municipal adquirir os 33 fogos, em regime de habitação social, sitos à Longueira, freguesia de Santa Cruz, deste Concelho, pelo valor previsto pelo IHRU - Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, no montante de 2.904.788,00 € (dois milhões novecentos e quatro mil setecentos oitenta e oito euros), o qual será ajustado à data da conclusão da obra.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

- 1º** Autorizar a Câmara Municipal adquirir os 33 fogos, em regime de habitação social, sitos à Longueira, freguesia de Santa Cruz, deste Concelho, pelo valor previsto pelo IHRU - Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, no montante de 2.904.788,00 € (dois milhões novecentos e quatro mil setecentos oitenta e oito euros), o qual será ajustado à data da conclusão da obra, de acordo com o estipulado na alínea i) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;
- 2º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

### **PROPOSTA – RATIFICAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PROTOCOLO DE GEMINAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGOA – ALGARVE E O MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:**

Sobre o assunto acima referenciado, foi presente pela Câmara Municipal a proposta, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que:

- a) - Por deliberação desta Câmara Municipal, em sua reunião ordinária realizada no dia 1 de Outubro de 2007, foi aprovada a minuta do Protocolo de Geminação a celebrar entre o Município de Lagoa – Algarve e o Município de Lagoa – Açores;
- b) Na sequência da referida deliberação, foi outorgado, no passado dia 16 de Janeiro de 2008, em Lagoa – Algarve, o Protocolo de Geminação entre o Município de Lagoa – Algarve e o Município de Lagoa – Açores;
- c) Conforme dispõe a alínea d) do nº 4 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, é competência da Assembleia Municipal autorizar a geminação do Município com outros Municípios, sendo que no caso em apreço tal autorização não se verificou.

Assim, e com vista a sanar tal falta de autorização da Assembleia Municipal, propõe-se à Câmara Municipal que:

1º Nos termos do nº 3 do artigo 137º do Código do Procedimento Administrativo submeta a ratificação da Assembleia Municipal o Protocolo de Geminação outorgado entre o Município de Lagoa – Algarve e o Município de Lagoa – Açores;

2º Aprove em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.”

O membro Paulo Jorge Borges referiu que sobre este assunto de Geminação entre o Município de Lagoa – Algarve e o Município de Lagoa – Açores já manifestou a sua opinião favorável e é pena o Senhor Vice-Presidente Roberto Medeiros não estar presente nesta Sessão da Assembleia Municipal.

Mais referiu que não pode deixar passar em branco esta situação de desrespeito pela Assembleia Municipal. Conforme referido na proposta apresentada é competência da Assembleia Municipal autorizar a geminação do Município com outros Municípios e não se pode passar por cima das competências próprias da Assembleia Municipal. Manifestou o seu desagrado e recomendou que situações como esta não voltem a acontecer.

O membro Rui Ramos referiu que subscreve as palavras do membro Paulo Jorge Borges.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal justificou que foi um lapso que aconteceu e por parte da Câmara não houve desrespeito pela Assembleia Municipal.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que aceita a justificação mas manifesta o seu desagrado pela situação ocorrida.

O membro Leonel Rosa da Silveira perguntou se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esteve presente na cerimónia da assinatura do Protocolo de Geminação entre o Município de Lagoa – Algarve e o Município de Lagoa – Açores, no passado dia 16 de Janeiro de 2008, em Lagoa – Algarve.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra informou que não. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal estará presente na cerimónia da assinatura do Protocolo, em Lagoa – Açores, no próximo dia 11 de Abril, aquando das comemorações do Feriado Municipal.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

**1º** Ratificar, nos termos do nº 3 do artigo 137º do Código do Procedimento Administrativo, o Protocolo de Geminação outorgado entre o Município de Lagoa – Algarve e o Município de Lagoa – Açores;

**2º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

### **1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO FINANCEIRO DE 2008:**

Pela Câmara Municipal foi presente a 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, de acordo com o que preconiza o Decreto – Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua actual redacção.

#### **- Inclusão de novos projectos:**

0501 Obj/Prog. - 0102 - 070203 – Aquisição de imóvel na Rua da Praça, em Santa Cruz (Leasing) – 5.000,00 €

0501 Obj/Prog. - 0302 - 07010202 – Aquisição de imóvel na Freguesia da Ribeira Chã – 20.000,00 €

0501 Obj/Prog. - 0302 – 07010401 – Contrato ARAAL de Colaboração – “Realização dos Trabalhos relativos a Infra-estruturas de 17 Lotes no Loteamento sito à Rua Maria dos Anjos Amaral, em Água de Pau” – 150.000,00 €

0901 Obj/Prog. - 0302 - 07030301 – Execução de um Muro de Suporte na Estrada Municipal nos Remédios – 49.000,00 €

11 Obj/Prog. - 0301 - 070110 – Aquisição de Equipamento – 1.000,00 €

11 Obj/Prog. - 0301 - 07010602 – Aquisição de uma Viatura – 10.000,00 €

**- Correção de rubrica Económica correspondente à obra nº 26/2007:**

0901 Obj/Prog. - 0302 - 07010409 - Instalação de um sistema de semáforos e controlo de velocidade na Estrada Regional - 90.000,00 €

**- Criação de Receita:**

100401 - ARAAL - 170.000,00 €

**- Anulações:**

0202 Obj/Prog. - 0304 - 07010302 - Construção de um Edifício de Apoio aos Desportos Náuticos - 49.000,00 €

0601 Obj/Prog. - 0303 - 070306 - Construção da ETAR Água de Pau - 16.000,00 €

0901 Obj/Prog. - 0302 - 07010202 - Instalação de um sistema de semáforos e controlo de velocidade na Estrada Regional - 90.000,00 €.

O membro Leonel Rosa da Silveira referiu que em sua opinião, este é o documento de maior importância, presente nesta sessão.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra fez uma apresentação da 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano.

O membro Rui Ramos referiu que se congratula com o facto da Câmara Municipal aos poucos ir revendo algumas situações. Com esta revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano há mais investimento para o Concelho, pelo que, em sua opinião acha positivo esta 1ª Revisão.

Sobre o documento em análise o membro Paulo Jorge Borges apresentou as seguintes questões: A aquisição do imóvel na Rua da Praça, em Santa Cruz, é para reconstruir e sendo um imóvel da Região Autónoma dos Açores, será que o Governo Regional não poderia vender o imóvel por um preço simbólico; A que serviço se destina a aquisição da viatura.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra informou que o imóvel na Rua da Praça, em Santa Cruz, será para reconstruir e a aquisição da viatura destina-se ao Serviço de Fiscalização.

O membro Paulo Jorge Borges questionou se a viatura já foi adquirida.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra informou que não. O Serviço de Fiscalização circula com uma viatura emprestada porque a viatura do Município afecta ao Serviço da Fiscalização se encontra avariada.

O membro Luís Pires comentou ser baixo a importância de 10.000,00 € para aquisição de uma viatura.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra informou que o Município vai adquirir uma viatura em segunda mão.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que faz hoje dois meses que esta Assembleia Municipal aprovou o Orçamento para o ano de 2008. Passados dois meses a Câmara Municipal apresenta a 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para o corrente ano e comentou que algo vai mal. A Câmara Municipal tem sido má gestora do erário público.

Mais referiu que apesar das questões que levantou, vota a favor da 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano porque vem ao encontro das necessidades do Município.

Esclareceu o Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra que esta revisão não reflecte uma má gestão. Todas as iniciativas são de boa gestão e de quem está a utilizar a sua influência junto do Governo Regional dos Açores. O orçamento para 2008 foi preparado no mês de Outubro de 2007, todas estas situações não estavam previstas e são justificadas.

Foi pelo Senhor Presidente da Assembleia posta à votação, a 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, tendo a Assembleia sobre o referido documento, deliberado, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

**1º** Aprovar a 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do corrente ano, no montante de € 325.000,00 (trezentos vinte e cinco mil euros), de acordo com o que preconiza a alínea b) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

**2º** Rubricar todas as folhas, dispensando a sua transcrição em acta, de acordo com o Decreto-Lei nº 45 362 de 21 de Novembro de 1963, com a nova redacção dada ao artigo 5º pelo Decreto-Lei nº 334/82, de 19 de Agosto;

**3º** Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

O membro Leonel Rosa da Silveira questionou se a Empresa Municipal de Lagoa já possuía uma viatura.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra informou que a Empresa Municipal de Lagoa adquiriu uma viatura Hyundai para apoio à sua actividade.

## **OUTROS:**

Às questões colocadas nas últimas sessões da Assembleia Municipal o Senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra informou o seguinte:

- Valor gasto em publicidade na Quadra Natalícia em 2005 – 3.121,00 euros, total que reverteu para fins Sociais em 2006 – 3.818,33 euros e o total que reverteu para fins Sociais em 2007 – 2.293,93 euros;
- Custo das obras das novas instalações dos Serviços da Empresa Municipal de Lagoa, E.M. – 6.245,63 euros;
- Encargos com a Festa do Pescador – 52.474,66 euros.

O membro Paulo Jorge Borges agradeceu as informações prestadas pelo Senhor Presidente da Câmara.

O membro Leonel Rosa da Silveira questionou quando eram pagas as senhas de presença referentes à última sessão do ano de 2007.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que os respectivos Serviços iriam proceder ao pagamento das senhas de presença da sessão de 28 de Dezembro de 2007.

## **PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**

No uso da palavra o Senhor José Fernando Carneiro Sousa referiu que a razão da sua presença nas reuniões públicas dos Órgãos deste Município, é a situação que tem alertado e que ainda não foi resolvida, o funcionamento do Armazém de Gás, sito à Travessa do Padre João Furtado Pacheco que oferece perigo à população e que continua a funcionar sem ser tomada nenhuma medida de segurança.

Referiu que nos últimos tempos a nível nacional já houve vinte e cinco explosões de gás. Ocorrendo uma explosão de gás naquele local vai afectar muitas pessoas e famílias. O que lhe faz vir a estas reuniões é para alertar para uma questão de segurança de toda aquela zona e que é um assunto público.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e duas horas, foi dada por encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e para constar foi lavrada a presente acta, que depois de lida e aprovada será assinada pela mesa.

O PRESIDENTE

---

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

---

O SEGUNDO SECRETÁRIO

---